

Joelmir Beting

"O maior déficit dos governos localiza-se entre as orelhas dos governantes."

George Stigler, Prêmio Nobel de Economia.



09 FEV 1993

ESTADO DE SÃO PAULO

Congresso

Parto da montanha

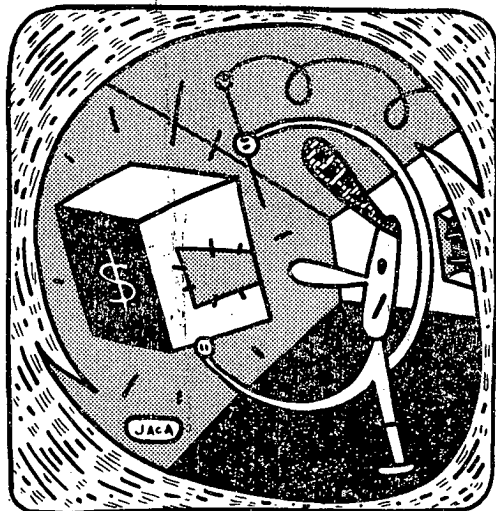
O governo espera que o Congresso cumpra dois deveres de casa, ainda antes do carnaval: a votação do orçamento federal e a aprovação do remendo fiscal. O primeiro anda a reboque do segundo.

□□□ Remendo e orçamento deveriam ter sido sancionados em dezembro. Mas tudo bem. O Ano-Novo, no Brasil, só começa mesmo depois da Quarta-Feira de Cinzas. Somos, hoje, o único país do mundo que se permite o luxo de caminhar sem as muletas de um orçamento nacional digno do nome. Até porque, já nos alertava o Barão de Itararé, ainda no governo Gaspar Dutra: "O orçamento é uma conta que o governo faz pra saber onde vai aplicar o dinheiro que já gastou".

□□□ Apelidado de Ajuste Fiscal do Setor Público, o remendo tributário começa a ser examinado, hoje, pelo Senado. Aprovado em segunda votação pela Câmara dos Deputados, o projeto vai ter de contar, também em dois turnos, com o endosso de pelo menos 49 dos 81 senadores. Sem emendas, vai para a sanção presidencial. Com emendas, volta para a Câmara. Ai, fica para depois do carnaval.

□□□ Pois os senadores começam a emendar o projeto nesta terça-feira. Alguns exigem a colocação do dispositivo que concede às estatais o direito sacrossanto à eutanásia da falência. E a maioria dos senadores quer dar uma competente retocada no modelito do IPMF, já um tanto quanto desfigurado pela Câmara.

□□□ Os senadores estão sob cobrança de entidades empresariais. Elas exigem o



desmanche do IPMF — tributo capitulado como inócuo para o orçamento público e como iníquo para o sistema produtivo. Os mesmos senadores também sofrem pressões, em sentido contrário, de governadores e de prefeitos. Estados e municípios livraram-se do IPMF na Câmara, e o IPMF passa a financiar obras estaduais e municipais, que ensaiam pegar carona na votação do Orçamento Geral da União.

□□□ Dizem que no Brasil não temos partidos políticos; temos bancadas estaduais. Em certos lances, bancadas regionais. Por conta disso, em matéria de déficit público, Estados e municípios fazem parte do problema — mas não se deixam fazer parte da solução.